

Adeus à transição

Florestan Fernandes

A conciliação que levou ao Colégio Eleitoral consagrou a fórmula e o cronograma político-militar da "transição lenta, gradual e segura", pela qual a ditadura impôs as condições de sua absorção à "Nova" República. Os militares marchavam do comando ostensivo para a retaguarda do poder, preservando sua autonomia de decisão e sua capacidade de veto. O pior não estava no que era evidente, nesse esquema de "desengajamento do militar". Consistia no fato de que a ordem ilegal, montada pela ditadura, permaneceria intacta e pronta para ser usada, de acordo com as circunstâncias.

É claro que o melhor teria sido conduzir a luta política contra a ditadura até prostrá-la e derrotá-la. As elites econômicas, sociais, políticas e militares das classes dominantes preferiram o contrário. Tanto as nações capitalistas e sua superpotência punham em primeiro plano a estabilidade política (democracia para que, em um país-chave da periferia?), quanto os estratos dominantes das classes possuidoras não queriam correr os riscos de um processo de transformação política rápido demais, do qual acabariam perdendo o controle. Assim, a ordem ilegal continua em vigor embora a expressão "entulho autoritário" esteja longe de indicar o que ela representa como obstáculo à construção de uma sociedade civilizada e de um estado capitalista democrático.

A contradição mais grave surgia com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Sem que se forjasse uma dualidade de poder, pois a ANC impunha-se como expediente do sistema de poder para coordenar e dirigir a transição, formara-se um centro de poder que podia arrogar-se a condição de poder popular, independente, originário, soberano e constituinte. Dentro de uma República servida por uma ordem ilegal (ou que podia manejar *ad libitum* o dito "entulho autoritário") — e que portanto mantinha-se ditatorial, embora inclinada à tática da liberalização progressiva, como fizeram os dois últimos ditadores militares —, o choque entre os dois poderes configurava-se como inevitável. O "Planalto" manobrou rapidamente, no sentido de cortar as asas da ANC, e esta, por sua vez, não teve o valor de impor-se coletivamente como poder constituinte. O PT, por exemplo, apresentou um conjunto de disposições constitucionais que eliminariam os constrangimentos ilegais, estabelecendo as relações normais entre os dois poderes: Essas propostas dormem, até hoje, nas gavetas atulhadas do presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães.

Por que isso sucedeu? As razões são conhecidas. A burguesia nacional e a comunidade internacional de negócios apostavam numa democracia ritual, dentro da tradição dos povos do mundo capitalista periférico. Os partidos da ordem, no governo ou na oposição, situavam-se naturalmente do lado da defesa ativa e passiva da "transição democrática" (a transição pemedebista da fórmula militar da "transição lenta, gradual e segura"). Ir além equivaleria a admitir a infâmia do pacto conservador e o embuste da ida ao Colégio Eleitoral. Além disto, não poderiam dispor de um grau de liberdade que ultrapassasse os limites dos interesses das classes dominantes. O vetor militar não admitia outra solução. A campanha das *diretas demonstrava* que, por baixo da cinza "pacífica" da "apatia popular", havia fogo demais, sendo melhor cortar o mal pela raiz. O Poder Judiciário foi a cabeça da racionalidade da castração do atual processo constituinte. Ele embalou e difundiu a concepção de que à ANC cabia apenas a tarefa de promover uma revisão constitucional, de substituir uma Constituição por outra: o monstro que chamei de ordem ilegal (o compacto das Constituições de 1967 e 1969 como o conjunto de atos institucionais, leis e decretos-leis emanados da ditadura e por ela impostos a congressistas submetidos à repressão ou ao terror). Portanto, para o Poder Judiciário não havia uma situação revolucionária (e, realmente, a "Nova" República mudava a forma, não a substância do regime anterior), mas o "restabelecimento da democracia" (sequer sancionavam o raciocínio criativo de um jurista como Godofredo Telles Júnior, de "uma revolução à fazer"), sob premissas dadas na ordem jurídica existente. Por fim, o Poder Executivo obedecia à inspiração do vetor militar e respaldava-se na solidariedade do Poder Judiciário,

da "Aliança Democrática", de sua base econômica e social, etc... Ele sentia-se ameaçado, mas sabia por onde começar a sabotagem e a castração do processo constituinte. Acima de tudo, portou-se como o equivalente civil dos generais-presidentes e personalizou uma trama que não existia, de desgaste de sua autoridade e poder de decisão. Em suma, à testa da "Nova" República não se encontrava um presidente civilista e democrata, porém um despota provinciano.

No entrechoque do poder constituinte com os demais poderes (inclusive o quarto poder não reconhecido institucionalmente, o poder militar), foi penosa e difícil a trajetória da ANC. Não obstante, em política, como na economia, o poder *bom* expulsa o poder *mau*. Como o governo não chegou às vias de fato, fechando a ANC *manumilitari*, o processo constituinte fortaleceu-se e cresceu. Em termos de maioria parlamentar, ele é substancialmente conservador. Em função das esperanças da massa de cidadãos e do peso político inerente à iniciativa popular e às emendas populares, ele é radical (apesar de os conservadores terem usado as técnicas sociais da mobilização popular, de modo discreto ou estrepitosamente, como procedeu a UDR). Por seu próprio impulso, o processo constituinte converteu-se em uma "revolução pacífica", que pretende infundir ao capitalismo, ao regime de classes e ao estado normas civilizadas, igualitárias, libertárias e democráticas, típicas desse modo de produção, de organização da sociedade civil e de funcionamento do Estado nos países centrais. Seria natural que isto acontecesse. Entretanto, os que se encarapitaram no tope do sistema de poder não esperavam que tal coisa se consumasse tão depressa, antes de concluído o processo constituinte.

Ora, a ANC foi concebida e montada para legitimar a transição lenta, gradual e segura, conforme a alvos de democracia ritual. Ao contrário, ela gestou e está gerando uma verdadeira Constituição, desigual e contraditória — como tinha de ser, em vista das iniquidades e impossibilidades decorrentes do desenvolvimento desigual — e substancialmente democrática. Os demais poderes (inclusive o militar) revelaram-se atônitos e hostis. A reação mais violenta veio do Poder Executivo, do seu presidente, que não soube colaborar com a normalidade do processo constituinte e, agora, se vê diante de um dilema político. A ANC foi bitolada pela dilalética venenosa e destrutiva da "transição". Mas se contrapôs a ela e a superou, embora os frutos da vitória não sejam aqueles a que os democratas liberais, radicais, nacionalistas, socialistas ou comunistas aspiravam. A esquerda, em particular, em suas várias correntes, cedeu à urgência das reformas sociais, da revolução democrática e da revolução nacional, postergando para outros tempos a luta pela conquista do poder. Portanto, ninguém sai satisfeito. Mas todos reconhecem que o "possível democrático" poderá ser atingido e impor-se como um novo ponto de partida, na criação de uma verdadeira República, expurgada de tiranos civis e militares, bem como de suas práticas seculares de violência e de monopólio do poder estatal.

O dilema político assinalado coloca o presidente diante de dois caminhos. O de restabelecer as rotas e as bases da "transição lenta, gradual e segura" (ou "democrática"), algo que o povo repele, porque não agüenta mais ser o burro de carga da pacificação pelo alto. Se tudo subsistir como está, as ruas e as praças se converterão no cenário das "explosões sociais", tão temidas pelos de cima. Ou o de remontar às origens, tentando soldar as fraturas do barco que navegou (tão mal) nas águas sujas do regime ditatorial — o que esfrangalharia os partidos da ordem e multiplicaria as tensões políticas e militares no tope do poder. Por enquanto, o presidente pôs a boca no mundo e pediu liberdade. Daqui para a frente terá de ir mais longe e de formar uma equipe política competente, que não ponha o ardor fisiológico acima da causa pública. A questão que foi adiada, de civilizar e de democratizar a sociedade civil e o Estado, ganha prioridade completa. O governo precisa sintonizar os seus ritmos com os do processo constituinte, fugindo ele próprio dos ardis da "transição democrática", que já se esgotou política e historicamente. Se não quiser ou não puder fazer isto, deverá renunciar ao seu posto biônico, deixando à nação a escolha de como sepultar a herança viva da ditadura militar, a "transição democrática" prolongada e a "Nova" República.